

Carucango, resistência quilombola no Rio de Janeiro

Gleudson Fernando Rocha dos Santos,¹ FAVENI

Resumo

O presente artigo analisa a história do quilombo de Carucango no início do século XIX em Macaé-RJ. Os quilombos foram as mais potentes formas de luta negra. Eles existiram não só no Brasil, mas em Cuba, Haiti, Venezuela e inúmeros outros países. A presente pesquisa contextualiza a escravidão e a resistência negra no Brasil e na América Latina, para então se debruçar sobre a situação do negro no Rio de Janeiro e a partir deste quadro geral analisar a história do Quilombo de Carucango. Seu líder foi um moçambicano que preferiu a luta aberta contra os senhores de escravos a qualquer forma de conciliação. Foi destruído por essa escolha, mas não sem antes deixar aterrorizados os poderosos de seu tempo ao desafiar com grande ousadia a ordem social escravista.

Palavra-chave: Carucango; Escravidão; Macaé; Quilombo; Século XIX.

Abstract

This article analyzes the history of the Carucango quilombo at the beginning of the 19th century in Macaé-RJ. Quilombos were the most potent form of black struggle. They existed not only in Brazil but in Cuba, Haiti, Venezuela, and countless other countries. The present research contextualizes slavery and black resistance in Brazil and Latin America, to then look at the situation of black people in Rio de Janeiro and from this general framework analyzes the history of Quilombo of Carucango. Its leader was a Mozambican who preferred the open fight against slave masters over any form of conciliation. He was destroyed by that choice, but not without first terrorizing the powerful lords of his time by boldly challenging the slave social order.

Keywords: Carucango; Slavery; Macaé; Quilombo; 19th century.

Introdução

Este estudo se debruça sobre um quilombo localizado em Macaé no início do século XIX, no norte do Rio de Janeiro, que ficou conhecido pelo nome de seu líder, o moçambicano Carucango.

O Brasil foi um dos países que mais recebeu negros sequestrados da África, foram quase quatro séculos de escravidão. Este artigo está dedicado ao processo de resistência negra através dos quilombos, a mais potente forma de luta negra que existiu não só no Brasil, mas em inúmeros outros países.

Iniciamos este artigo de revisão bibliográfica nos apoiando nas elaborações de Clovis Moura para contextualizar globalmente o processo de escravidão e resistência negra no Brasil e também fora do país, para afunilar o estudo sobre esta questão no Estado do Rio de Janeiro. Utilizamos como base o livro de Manolo Florentino. Em seguida, para localizar o leitor sobre

¹ Historiador formado pela Universidade Estácio de Sá e especialista em geografia, meio ambiente e história pela FAVENI.

a história de Macaé, no início do século XIX, nos valem de relatos de viajantes e naturalistas como Saint-Hilaire, Charles Darwin e outros. Por fim, para estudar especificamente o quilombo de Carucango no início do século XIX, recorreremos, especialmente, ao artigo de Márcia Amantino, o relato de Alberto Lamego e o registro da morte de dois escravos que constam no livro de registros eclesiástico da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé.

Até mesmo em Macaé, a história do quilombo de Carucango, que pode ter sido o maior do Rio de Janeiro, é pouco conhecida. Resgatar esta importante engrenagem da resistência negra brasileira é fundamental para a atual e as futuras gerações, para lhes mostrar que as transformações sociais não são obra do acaso, mas construída por homens e mulheres. Assim como os quilombolas de Carucango ontem deram sua contribuição para o fim da escravidão, cada um de nós também possui o poder de mudar o amanhã e acabar com o que consideramos injusto.

Quilombos: reação a brutal violência do escravismo

Folga Negro
 Branco não vem cá
 Se vier pau há de levar...
 Folga Negro
 Branco não vem cá
 Se vier
 O diabo a de levar!
 (MOURA, 1993, p. 63)²

O Brasil foi o país que mais recebeu negros escravizados nas Américas e provavelmente em todo o mundo. Em seu livro, *Quilombos Resistência ao escravismo*, Clovis Moura (1993, p. 7) cita autores como Rocha Pombo que estimam em 15 milhões o número de negros traficados ao país, porém acredito serem mais plausíveis os números também mencionados por Moura e levantados por Décio Freitas que indicam que os traficantes brasileiros importaram cerca de 40% dos 9,5 milhões de negros que tiveram como destino o continente Americano, o que é, ainda hoje, um número gigantesco e muito mais significativo para o período em que ocorreu. As estimativas de Freitas apontam ainda que 6% do tráfico americano de escravos, foram desembarcados nos Estados Unidos, 18% na América espanhola, 17% no Caribe inglês e 17% no Caribe francês.

² Auto dos Quilombolas, canção entoada ainda hoje na região de Palmares.

No início do século XIX, a população escrava no Brasil passou ser maioria e a parcela negra total alcançou quase dois terços. Dados de Veloso (apud MOURA, 1993, p. 6), para os anos de 1817 e 1818, calcula a população do território brasileiro em 3.817.000, sendo que, destes, 1.930.000 eram escravos e 585.000 negros livres.

Uma sociedade escravista, como a construída no Brasil durante quase 400 anos, que possuía grande parcela da população originária de um verdadeiro sequestro realizado na África e mantida escravizada, só pode se manter valendo-se da violência ampla e irrestrita contra negros e indígenas durante toda a nossa história.

Como exemplo da violência estatal para manter os negros subjugados temos o alvará Real, datado de 3 de março de 1741, o qual ordena as autoridades marcarem com ferro em brasa um “F” de fujão em todo o negro que fugisse e fosse encontrado em um quilombo e em caso de reincidência uma orelha deveria ser cortada (MOURA, 1993, p. 19-20).

Resistência negra em toda a América

O escravo foi marcado a ferro, chicoteado, estuprado, torturado de todas as formas possíveis. Seu dono tinha o direito de fazer o que bem quisesse dele, inclusive matá-lo. De acordo com Clovis Moura (1993), a vida média de um escravo era de apenas sete anos, devido ao trabalho extenuante e os maus tratos sofridos. O escravo foi desumanizado primeiro com a ajuda da igreja, que o colocou como um maldiçoado por Deus e escravizado para pagar seus pecados. Posteriormente, quem emprestou seu prestígio para manter os negros subjugados foi a pseudociência do darwinismo social, craniotomia e da eugenia.

Ao negro não restava outra saída se não reagir à violência individual e institucional que o combatia, militar, política e ideologicamente, que tentava impedi-lo até mesmo de usar sua língua e praticar sua religião. E as negras e negros reagiram desde o primeiro dia de cativeiro das mais diversas formas: matando senhores, abortando seus próprios bebês para que não fossem escravizados, organizando irmandades religiosas, inclusive para comprar alforrias, organizando fugas e construindo quilombos.

Os quilombos eram: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” de acordo com a resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino de 2 de dezembro de 1740 (MOURA, 1993, p. 11). Moura afirma que eles existiam onde quer que a escravidão estivesse instalada, como na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas e Brasil.

Os quilombos eram conhecidos como palenques em Cuba. Fernando Ortiz (apud MOURA, 1993, p. 12) escreveu: “os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos,

montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de se fazerem fortes e viverem livres [...] Os escravos, em tal estado de rebeldia, diziam-se apalencados e seus retiros, palenques”.

Houve, ainda, segundo Moura (1993) palenques na Colômbia, onde o mais famoso deles foi o de San Basílio que existiu no século XVII e foi liderado por Domingo Bioho. Na Guiana Francesa os “Busch Negroes”, um conjunto de quilombos que sobrevivem até hoje, e no Panamá, Clovis Moura cita o exemplo do líder quilombola Bayano, que levou pânico aos espanhóis.

No Haiti, os núcleos de negros fugidos cumpriram papel de destaque desde a primeira grande “revolta de Makantal, em 1758, até a libertação do país, em 1804” (MOURA, 1993, p. 12), único país do mundo em que uma revolta escrava foi vitoriosa conquistando a independência da França e o fim da escravidão.

C. R. L. James em seu livro sobre a história da independência do Haiti, “Jacobinos Negros”, nos dá um vislumbre da potência do estado de espírito dos negros naquele país, que não por acaso causava grande pavor na aristocracia de todo o continente americano. Um viajante citado por James (2007) chamado, Wimpffen, falava de como o escravo tinha uma dupla face: triste, sério, apenas sobrevivendo ao seu doloroso trabalho de dia, porém, a noite, junto à fogueira, se transformava conversando, brincando, argumentando, opinando, contando histórias, sonhando e se socializando, demonstrando toda sua capacidade cognitiva. James (2007), entanto lembra que não é necessária grande inteligência para se cultivar o sonho de destruir o estado de extrema violência em que os escravos viviam.

Na Venezuela, em 1795, tivemos o movimento de Coro, em proporções muito menores do que comparado ao Haiti, mas fortemente influenciado pelos escravos rebeldes daquele país (MOURA, 1993).

Quilombolas por todo Brasil

Sobre a extensão no tempo e no espaço dos quilombos no Brasil, Clovis Moura afirma o seguinte:

Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, sua presença é incontestável. Registra-se sua atuação de desgaste social durante todo o regime escravista, especialmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, [...] como ponto culminante, a República de Palmares, que vai de 1630 (aproximadamente) a 1695. Isso demonstra, de um lado, a existência de um sistema escravista de âmbito nacional, e, de outro, a participação do escravo rebelde, no sentido de querer extinguir esse sistema, por ser agente histórico e social no qual a contradição fundamental do escravismo se manifesta mais agudamente. Dessa forma, não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. **Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos escravos marginais, desprovidos de consciência**

social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente. (MOURA, 1993, p.31, grifo nosso).

Para o autor, o aquilombamento tinha a capacidade de desgastar permanentemente a estrutura do escravismo. A República de Palmares, por exemplo, foi um gigantesco quilombo, que perdurou pelo menos 65 anos e estima-se que abrigasse entre 20 e 25 mil pessoas entre negros, indígenas e brancos pobres, divididos em torno de 16 aldeamentos, com organização política, social, econômica, militar e possivelmente até uma língua própria, claro que integrada à organização econômica e social de seu entorno necessária a sua sobrevivência, o que não negava, por isso, sua contraposição ao império escravista que o sitiava. O quilombo era um refúgio de marginalizados independente da raça. Era a materialização da democracia racial que nunca existiu no Brasil, com exceção dos quilombos (MOURA, 1993, p.37).

A historiografia que denuncia a profunda violência em que se baseou o estado escravista brasileiro, talvez o mais violento de todo o continente americano, e que impulsionou a proliferação dos quilombos é relativamente recente. Manolo Florentino em seu livro *Em costas negras* afirma:

O paradigma da leniência da escravidão brasileira começou a ser desmontado a partir de 1960 [...] O cotejo com os Estados Unidos tornou-se cada vez mais desfavorável [...] Desse modo, apesar de haver importado quase **4 milhões de africanos até 1850, em 1872 existia apenas 1,5 milhão de escravos no Brasil.** Enquanto isso, em **1860 os Estados Unidos possuíam mais de 4 milhões de cativos,** em que pese haverem conhecido o desembarque de apenas **um décimo desta cifra** em africanos (FLORENTINO, 1997, p.52, grifo nosso).

A seguir iremos analisar a situação do Estado do Rio de Janeiro na economia escravista do início do século XIX e a resistência escrava nesta região.

Escravidão no Rio de Janeiro no início do século XIX

Em seu livro, Manolo Florentino (1997, p. 66), afirma que o tráfico de escravos no Rio de Janeiro foi o mais importante do mundo entre 1790 e 1830, concentrou cerca de 50% de todo o tráfico brasileiro até 1810 e ampliou bastante sua importância entre 1811-1830, atingindo uma participação de 70 a 90% das importações de todo o país, variando de acordo com o autor adotado: Eltis ou Curtin.

Os escravos que chegavam ao porto do Rio eram redistribuídos pelo país, em especial na região Sudeste e Sul, sendo que uma parte importante ficava na própria capitania do Rio de Janeiro. No ano de 1789, a população do Rio de Janeiro era em torno de 170 mil habitantes, sendo 50% desses, escravos. Em 1823 só os cativos somavam 150 mil pessoas, um terço da

população total, que por sua vez, deu um salto ainda maior estimulada pela chegada da família real em 1808. (LOBO, 1978, p. 135; IBGE, 1986, p. 29; NUNES, 1884, p. 27-29; BALHANA, 1986, p. 31-38 apud FLORENTINO, 1997, p. 33).

O Rio de Janeiro era uma região que além de receber muitos escravos, os concentravam em grandes números nos engenhos. De acordo com Santos (1981, p. 47 apud FLORENTINO, 1997, p. 28), em 1770, na capitania do Rio de Janeiro, havia 323 engenhos onde trabalhavam 11 mil escravos e produziam 200 mil arrobas de açúcar, o que dá uma média de 34 cativos em cada propriedade.

Em 1778 o relatório do marquês do Lavradio informava que os engenhos com mais de 41 escravos detinham 55% dos escravos rurais. Embora o número médio de cativos do agro açucareiro fluminense fosse, por então, inferior ao das áreas congêneres da Bahia, tratava-se de um panorama bem mais concentrado do que o de qualquer outra zona produtora de açúcar (COSTA, 1980, p. 133 apud FLORENTINO, 1997, p. 28-29).

No início do século XIX, avança a tendência de concentração dos escravos. Manolo Florentino (1997) classifica como pequenos proprietários aqueles que possuíam de 1 a 9 escravos, médios os tinham de 10 a 19, grandes proprietários aqueles possuidores de 20 a 49 escravos e plantation os que possuíam uma quantidade superior a esta. Sobre as plantations o autor afirma:

Assim, quanto aos escravos possuídos, a participação da faixa de mais de cinquenta cativos passou de algo em torno de 33% na década de 1790, para 46% no início dos anos 30 do século seguinte, tendo chegado a concentrar 63% de todos os cativos inventariados no período 1825-7. Frente aos outros proprietários rurais, a quantidade de proprietários de plantations passou de cerca de 7% na última década do século XVIII para uma média de 16% durante a década de 1820 (FLORENTINO, 1997, p. 29-30).

Na região Norte Fluminense estavam várias destas grandes propriedades escravistas. Em 1779, dos 323 engenhos que o Rio de Janeiro possuía, 52% estavam na região de Campos dos Goitacazes, assim como 44% dos 11.623 cativos, discriminados pelo Marquês do Lavradio em toda a capitania (SANTOS, 1981, p. 47 apud FLORENTINO, 1997, p. 30). Segundo Florentino (1997, p. 40), a vila campista de São Salvador, no final do século XVIII, possuía provavelmente o maior percentual de escravos de todo o Rio de Janeiro, 59% de sua população, perdendo em números absolutos apenas para a capital e seu recôncavo. Lara (1988, p. 134-139 apud FLORENTINO, 1997, P. 40) afirma que, em 1816, a proporção de escravos em Campos, e não apenas da Vila de São Salvador, chegou a 55%.

Os dados de Feijó (1851) sobre a população do Rio de Janeiro em 1840, contidos no relatório do presidente da província da época, e que deram base para a confecção da Tabela 1,

demonstram que o percentual de escravos em Campos chegou a 60% e o de negros a 73% da população.

Tabela 1 - População negra e escrava em números absolutos e relativos à população total em cada município das comarcas de Cabo Frio e Campos em 1840

Comarca e município	Total de Escravos	Total de Negros	População total	Escravos sobre a população (%)	Negros sobre a população (%)
Cabo Frio					
Macaé	6.173	7.355	10.051	61	73
Cabo Frio	15.145	21.707	32.577	46	67
Campos					
Campos	35.239	42.807	58.890	60	73
S. João da Barra	1.631	2.513	4.608	35	55
Total das Comarcas	58.188	74.382	106.126	55	70

Fonte: Mapa populacional de 1840, intitulado *Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840* (FEIJÓ, 1851).

Notas: O total de negros é igual ao número de escravos somado ao de pardos e pretos livres. Os cálculos necessários para a obtenção do total de escravos e total de negros em cada município foi realizada pelo autor deste artigo, assim como os percentuais relativos a população geral.

Analisando conjuntamente as comarcas de Campos (formada pelos municípios de São João da Barra e Campos) e a comarca de Cabo Frio (formada por Macaé e Cabo Frio),³ observamos que esta região possuía 58.188 escravos e a população negra era de 74.382 pessoas. Não era fácil encontrar brancos nessa região.

Macaé era a cidade que, proporcionalmente, possuía mais escravos na região analisada na Tabela 1, 61% da população, porém, em números absolutos, Macaé com seus 6.173 cativos ficava bem atrás do município de Campos que possuía 35.239 escravos e Cabo Frio com 15.145 cativos.

Para acessar mais um elemento que nos ajuda a ter um vislumbre do volume do tráfico de escravos no norte fluminense no final da primeira metade do século XIX transcrevemos a seguir um trecho do artigo *Silêncios Atlânticos*.

Estima-se, segundo os dados do The Trans-Atlantic Slave Trade Database, que 74 mil africanos tenham desembarcado entre Campos e Macaé entre 1836 e 1850, configurando a maior zona de recepção negreira no Brasil no período da

³ Macaé em 1840 era bem maior que hoje e incluía ao menos parcialmente os atuais territórios dos municípios de: Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã (IBGE, 2021a, 2021b, 2021c; RIO DAS OSTRAS, 2021; CARAPEBUS, 2021). Os 4 municípios da tabela 1 correspondiam naquela época a maioria do norte fluminense e da região dos lagos.

clandestinidade. Cumpre salientar que cerca de 60% da população de Campos dos Goytacazes, entre os anos de 1836 e 1850, era composta de escravos. O contingente de 38 mil cativos, em 1850, aproximava-se dos 39 mil cativos existentes, naquele mesmo ano, nos municípios de Valença e Vassouras juntos. Esses números indicam que os principais complexos agrários fluminenses rivalizavam na demanda por africanos durante a ilegalidade (SOARES, 2015 apud PERREIRA E PESSOA, 2019, p. 89)

Os dados de Pereira e Pessoa complementam os de Florentino (1997) e indicam que, durante toda a primeira metade do século XIX, o Rio de Janeiro foi o epicentro do tráfico negreiro no Brasil, porém, após a lei Feijó (BRASIL, 1835, p. 182), de novembro de 1831, que deveria proibir o tráfico negreiro, a região entre Campos e Macaé ganha protagonismo no comércio ilegal de almas entre 1836 e 1850, pois apesar da lei não cessar o tráfico, mudou suas rotas para tentar fugir da fiscalização.

Este grande número de mulheres, homens e crianças escravizadas por toda a capitania e em particular no norte fluminense, inevitavelmente levou a eclosão de muitas revoltas negras. Afonso Arinos de Melo Franco nos conta que no Rio de Janeiro os escravos:

[...] atacavam aos próprios senhores. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins da Rocha foi morto por seus negros. Tentativas de morte também havia, como a que se deu com o fazendeiro Miguel Teixeira de Mendonça, de Barra Mansa, ou com o sinhô-moço filho do fazendeiro José Joaquim Machado, do local Murundu, em Campos (FRANCO, 1950, p. 230 apud MOURA, 1993, p. 17).

Um pouco da história de Macaé

A vila de Macaé foi fundada em 29 de julho de 1813, porém a região já era conhecida com este nome séculos antes. Alguns dos primeiros registros sobre Macaé foram feitos por membros da missão francesa liderada por Nicolas Durand de Villegaignon, que tinha como objetivo fundar a França Antártica na região da Baía da Guanabara, como André Thevet e Jean de Lèry, com obras publicadas respectivamente em 1555 e 1557, ambas citam a região de Macaé e os indígenas que viviam nas cercanias (THEVET, 1944; LÈRY, 1980 apud MACAÉ, 2014, p. 15-16).

Alguns dos povos originários que viveram na região da cabeceira dos rios Macaé, Macabu e São Pedro foram chamados de Guarus ou Guarulhos “demonimação genérica para várias tribos que possuíam algumas características linguísticas e culturais comuns. Para eles, seriam Guarulhos, os Coroados e os Sacurus.” (REYS, 1997 apud MACAÉ, 2014, p. 17). Para o historiador e pesquisador do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHBG), Joaquim Noberto de Souza Silva (1854 apud MACAÉ, 2014, p. 23), os índios Guarulhos seriam uma subdivisão dos Goitacás. A aculturação e a destruição das formas tradicionais de organização desses indígenas serviram de base para os primeiros núcleos populacionais de

invasores europeus na região de Macaé, como a redução de indígenas Guarulhos, fundada por volta de 1750 pelo Missionário Antônio Vaz que originou a freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita (RUPERT, 1988 apud MACAÉ 2014, p. 31), localidade em que se desenvolverá décadas mais tarde o quilombo de Carucango.

No início do século XIX, momento de maior interesse desse artigo, um naturalista também francês, Auguste de Saint-Hilaire nos deixou um precioso registro de sua passagem pela região de Macaé em 1817, quatro anos após a cidade alcançar o status de vila.

Macaé situa-se em encantadora posição, à embocadura do rio de mesmo nome e é dividida por êsse rio em duas partes desiguais, A que fica à margem direita é a maior; entretanto não se compõe de mais de sessenta ou oitenta casas, pequenas, baixas, separadas umas das outras, por assim dizer, esparsas, na maioria cobertas de colmos. Dêsse mesmo lado do rio, em uma grande praça ainda em formação, ergueram o marco da justiça destinado a tornar conhecida a classificação da cidade na ordem judiciária e administrativa. Ainda sobre a margem direita do Macaé foi a igreja construída, ao alto de um pequeno morro, a pouca distância das casas, assemelhando-se de longe a um pequeno castelo (SAINT-HILAIRE, 1941, p. 363).

No relato que segue, o naturalista compara o núcleo de Macaé a uma pequena aldeia de seu país natal, porém também afirma que no Brasil a vila se destacava como poucas pela relevante quantidade de lojas e pelas diversas casas que demonstram a riqueza de seus donos, pelo cuidado de sua conservação. O pesquisador francês escreveu ainda que, em meio às florestas próximas a Serra do Mar havia muitos habitantes em localidades que antes foram missões indígenas e posteriormente deram origem a paróquias, apesar da rápida diminuição dos povos originários, a população se manteve com a vinda de brancos e negros. Por fim, lamenta que seu percurso não passe por estes lugares o que lhe permitiria o contato com civilizações indígenas que estavam na eminência de desaparecer (SAINT-HILAIRE, 1941).

De acordo com Saint-Hilaire (1941), a principal atividade econômica de Macaé, no final da segunda década do séc. XIX, era a extração de madeira, porém também havia nas redondezas vários engenhos de açúcar, 20 ao todo, isto apenas no caminho que percorreu no litoral, entre o sítio do Paulista e o porto de São João da Barra. Região onde se iniciava a atividade cafeeira, além da produção para consumo doméstico de mandioca, milho, arroz e algodão.

Em 1832, Macaé recebeu a visita do mundialmente conhecido Charles Darwin, como parte de sua viagem de pesquisa ao redor do mundo que deu bases para a elaboração de seu revolucionário livro: *Origem das Espécies*. Aqui queremos destacar o relato do cientista de 14 de abril, quando analisa os maus tratos que os escravos recebiam do senhor da propriedade em que estava alojado.

[...] Deixando Sossego, dirigimo-nos a outra propriedade, no rio Macaé [...] Durante a minha permanência nessa propriedade, por pouco não fui testemunha-ocular de um desses atos de atrocidade que somente podem tomar lugar num país de escravos. Por questões de processo jurídico, o proprietário esteve prestes a tirar da companhia dos escravos todas as mulheres e crianças para vendê-las em separado nos leilões do Rio. **O interesse, e não um genuíno sentimento de compaixão, foi o que impediu a perpetração desse ato.** De fato, não creio mesmo que à mente do proprietário tivesse sequer ocorrido a idéia da covardia que seria separar trinta famílias, que há tantos anos viviam unidas. Posso assegurar, no entanto, que, **em matéria de humanidade e de boa índole, esse cavalheiro está acima da média dos homens** (DARWIN, 2013, p. 23, grifo nosso).

Neste pequeno trecho, o naturalista inglês constata a brutal violência empregada para a manutenção da escravidão no Brasil. É interessante notar que Darwin frisa que o “cavalheiro” responsável por quase cometer a terrível atrocidade de separar trinta famílias, estava acima da média no quesito “humanidade” e “boa índole”, o que nos leva a crer que a violência que estava submetida os negros em Macaé e em todo o Rio de Janeiro eram muito piores do que aquele episódio descrito.

A população negra em Macaé

A fonte de dados mais completa que encontramos para analisar a população de Macaé, no início do século XIX, foram os dados que já mencionamos anteriormente, o relatório do presidente da província do Rio de Janeiro para os anos de 1840 e 1841, porém ele é limitado, pois das seis freguesias que formavam o município ele só traz informações sobre metade destas, então sabemos que todos os números globais de população e de escravos apresentados serão menores do que a realidade.

Importante localizar que, em 1840, Macaé possuía uma extensão bem maior do que atualmente. Faziam parte de Macaé, em parte ou totalmente, os territórios atuais das seguintes cidades: Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Carapebus, Conceição de Macabu e Quissamã (INSTITUTO..., 2021a, 2021b, 2021c; RIO DAS OSTRAS, 2021; CARAPEBUS, 2021).

Tabela 2 - População negra e escrava em números absolutos e relativos à população total em cada freguesia de Macaé em 1840

Freguesias de Macaé	Total de escravos	Total de Negros	População total	Escravos sobre a população (%)	Negros sobre a população (%)
Freguesia da Senhora das Neves e Santa Rita	2.502	2.912	3.818	66	76
Freguesia da Sacra Família	2.542	2.936	4.201	61	70
Freguesia de São João Baptista	1.129	1.507	2.032	56	74
Freguezia do Barreto	0	0	0	0	0

Curato do Carapebus	0	0	0	0	0
Freguesia do Desterro de Quissamã	0	0	0	0	0
Total	6.173	7.355	10.051	61	73

Fonte: Mapa populacional de 1840, intitulado *Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840* (FEIJÓ, 1851).

Notas: O total de negros é igual ao número de escravos somado ao de pardos e pretos livres. Os cálculos necessários para a obtenção do total de escravos e total de negros em cada município foi realizada pelo autor deste artigo, assim como os percentuais relativos à população geral.

De acordo com os dados da Tabela 2, Macaé em 1840 possuía 10.051 habitantes, sendo 6.173 escravos e a população negra total, incluindo os livres, era de 7.355. Naquele ano, o município contava com a maior proporção de escravos das cercanias,⁴ 61%, e uma população negra de 73%.

A freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, onde se localiza boa parte da atual região serrana de Macaé, possuía relativamente à maior concentração de negros 76%, sendo 66% de sua população escravizada. Essa freguesia era a segunda maior concentração populacional no município em 1840, 3.818 pessoas.

Manuel Martins do Couto Reys (apud FERREIRA 2001, p. 30-31) nos conta que a freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1785 possuía apenas 23 habitantes, mas nos 14 anos seguintes experimentou uma explosão populacional de 4.228% enquanto o qualitativo de negros saltou em 2.687%. Isso significa, de acordo com nossos cálculos, que em 1799 a população desta freguesia alcançou mais de 970 pessoas e seguiu se ampliando ao longo do século XIX, se tornando a mais populosa em 1872 (INSTITUTO..., 1874).

Uma explicação para essa explosão demográfica é dada por Sheila Castro Faria (1998 apud FERREIRA, 2001 p. 30) que afirma que esse fluxo de pessoas foi atraído provavelmente pelas boas condições do solo, favoráveis a produção de alimentos, atraindo em um primeiro momento pobres lavradores, comerciantes e imigrantes em busca de fortuna que foram seguidos após o sucesso inicial dos pioneiros por ricos senhores de engenho.

A freguesia da Sacra Família, que deu origem aos atuais municípios de Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, era o maior núcleo populacional de Macaé em 1840 com 4.201 habitantes, 61% eram escravos e 70% negros.

A freguesia de São João Batista, sede do município, onde se localiza o atual centro da cidade é das três localidades de Macaé que a Tabela 2 apresenta informações, a que possuía menor população. Os escravos eram 56% e os negros compunham impressionantes 74% dos habitantes.

⁴Levando em consideração as comarcas de Campos e Cabo Frio.

Não temos informações sobre a população do Curato de Carapebus na década de 1840, mas para termos uma referência, no censo de 1872 a então freguesia de N. S. de Carabepus representava 10% dos escravizados de Macaé, 971 pessoas, e 14% dos negros (INSTITUTO..., 1874). Sobre a freguesia do Barreto infelizmente não temos dados nem de 1840 e nem de 1872.

Apesar de não possuímos dados demográficos da Freguesia do Desterro de Quissamã em 1840, sabemos de acordo com Ferreira (2001, p. 29) que essa é a freguesia mais antiga do município e abrigava uma importante classe senhorial desde sua incorporação a Macaé, como o Primeiro Visconde de Araruama e durante todo o século XIX teve proeminência sobre as demais freguesias, portanto, deveria ter uma população de escravos relevante. No censo de 1872 essa freguesia registra 21% dos escravos do município (1.944 cativos) e um quinto dos negros de Macaé (INSTITUTO..., 1874).

Macaé foi palco de uma resistência negra admirável

Como vimos, Macaé concentrava muitos escravos e como era de se esperar a resistência à escravidão era bastante intensa. A doutora em história social Márcia Sueli Amantino (2007) demonstra com base em diversos documentos do arquivo do Exército e do arquivo público do Rio de Janeiro parte dessa história da luta negra.

Na carta de 15 de janeiro de 1805, D. Fernando José de Portugal, vice-rei do Brasil para o Coronel José Caetano de Barcelos Coutinho, o primeiro reclama da presença de um grande quilombo no sítio de nome Lagoa e de vários outros, informa que os moradores de Macaé estavam pedindo ajuda para acabar com estes lugares, para onde estavam fugindo muitos escravos e os acusa de assassinatos e furtos. Na carta, D. Fernando ordena ao Coronel destruir os quilombos, prender os escravos e punir os moradores que estivessem ajudando os fugitivos (AMANTINO, 2007, p. 633).

Em 1810 e 1811 cartas do Conde de Linhares para os responsáveis por manter a ordem pede a repressão contra diversos quilombos que se proliferavam em Macaé e redondezas, levando a população a insegurança e inúmeras dificuldades. Em carta para Manoel dos Santos Carvalho, ele se lamenta da situação da seguinte forma:

[...] repetidos fatos de devastação e rapina cometidos pelos negros aquilombados nas matas desse Distrito, e nos de Macaé, e Cabo Frio, de maneira que muito sofrem os Povos, e não podendo o Sargento Mor Comandante do Distrito de Macaé, talvez por falta de coadjuvação e auxílio, extirpar de uma vez aqueles receptáculos de crimes, e de roubos (Arquivo do Exército Brasileiro apud AMANTINO, 2001, p. 634).

Não foi por acaso, mas devido a esta intensa luta dos negros contra as desumanas condições imposta pela escravidão que em 1814, um ano após a cidade alcançar o status de vila, a câmara da Macaé criou o cargo de capitão do mato (MACAÉ, 2014, p. 53). Podemos afirmar que este foi um dos primeiros cargos públicos criado por aqui, mais um forte indício que as fugas eram uma realidade incômoda e permanente.

O código de postura macaense, aprovado pela câmara em 1820, avançou na repressão contra os escravos fugidos e contra qualquer um que prestasse auxílio a eles, indício que a rede de apoio anti-escravidão aumentava e, apesar das contradições, possivelmente contavam com a simpatia de parte importante dos negros livres, que certamente possuíam laços familiares com os escravizados, afinal os negros eram 3 em cada 4 habitantes do município em 1840 e os negros libertos eram 12% da população (FEIJÓ, 1851).

O código de posturas de 1820 proibia que produtos fossem comprados de escravos ou suspeitos de serem cativos. Se os compradores fossem escravos, a punição seria 200 açoites em praça pública, se fossem forros pegariam 30 dias de cadeia (MACAÉ, 2014, p. 53). Tal preocupação da legislação evidencia que o comércio era uma forma de sobrevivência dos escravos fugidos e que eles recebiam a solidariedade de outros negros que compravam seus produtos.

Para pessoas livres que ajudassem a esconder escravos o referido código previa pesadas multas, mas se o autor do delito fosse outro escravo, então, seria punido com 200 açoites e o seu senhor teria que pagar 640 réis pelo serviço do algoz (AMANTINO, 2007, p. 625).

Lima (2010) a partir da análise de três cartas escritas por colonos suíços entre 1822 e 1823 revela a existência de um quilombo ou talvez alguns na então freguesia da Sacra Família, próximo à fronteira com Nova Friburgo. Os colonos suíços que haviam recebido terras de D. Pedro I, nas proximidades do encontro do Rio Sana com o Rio Macaé, confessam que tomaram suas terras de maneira “reprovável”, pois destruíram quilombos que existiam por lá desde 1809, para então se apossar das terras férteis e já cultivadas com banana, cana de açúcar e café. As cartas registram ainda a prisão de 18 quilombolas pela autoridade da colônia dos suíços.

Apesar das leis da câmara de Macaé e da repressão constante, os negros nunca deixaram de resistir e muitos fugiram do cativo para formar quilombos durante todo o período da escravidão, como diversos registram demonstram.

Na Freguesia de Macabu, em 1876, o proprietário da Fazenda de Santo Antônio pede ajuda das autoridades para acabar com um quilombo que existia em suas terras:

O que é certo é que os quilombolas saem amiudadamente dos seus esconderijos a fazerem correrias e roubos na Fazenda de Santo Antonio, donde tem já arrebatado cavalos de cela, bestas de carga, cavalos e outros animais e levam a ousadia ao ponto de em pleno dia dispararem as espingardas no pasto da dita fazenda, como em provocação e ameaça ao suplicante (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1876 apud AMANTINO, 2007, p. 634)

O Quilombo de Carucango

Para estudarmos o quilombo de Carucango, nossa fonte central foi o artigo de 2007 da historiadora Márcia Amantino, o relato de Antão de Vasconcelos, neto do Coronel de mesmo nome, que teria liderado a destruição do quilombo em 1831, citado pelo advogado, jornalista e pesquisador Alberto Frederico de Moraes Lamego (1958) e o registro do óbito em 1831 de dois escravos do padre João Bernardo da Costa Resende, presente no livro de óbitos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, transcrito em Macaé (2014, p. 54).

De acordo com o relato de Vasconcelos apud (AMANTINO, 2007), Carucango foi um negro escravizado oriundo de Moçambique. Na travessia atlântica, os negreiros vindos dessa área tinham uma mortalidade três vezes superior daqueles oriundos da região Congo-Angola, devido ao maior tempo de viagem, que poderia chegar a 76 dias em péssimas condições (FLORENTINO, 1997, p. 146). Essa experiência traumática foi o cartão de “boas-vindas” para o futuro líder quilombola.

O moçambicano foi comprado pelo português Antônio Pinto, fazendeiro de família numerosa e com propriedades na Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita em Macaé. Lamego dá destaque em seu relato para os constantes castigos que recebeu Carucango enquanto esteve escravizado: “[...] vivia sempre no tronco e cortado pelo ‘bacalhau’” (LAMEGO, 1958, p.97). Bacalhau era uma espécie de chibata. Essa tortura recorrente deve ter sido responsável por algumas das características peculiares com que o líder negro foi descrito: um pouco corcunda, mancava de uma perna, baixo e atarracado (VASCONCELOS, 1911, p. 48 apud AMANTINO, 2007, p. 629).

Não suportando mais os castigos, Carucango organizou a fuga com outros escravos e em uma noite executou seu plano levando tudo o que podiam, especialmente alimentos e ferramentas, assim começava a organização de um numeroso quilombo na Serra do Deitado, perto da nascente do rio de mesmo nome, afluente do rio São Pedro, próximo dos limites de Macaé com Conceição de Macabu e Trajano de Moraes, no distrito de Crubixais (AMANTINO, 2007, p. 629).

Algum tempo após a fuga dos escravos, toda a família de Antônio Pinto aparece degolada, mas de acordo com Lamego (1958) não se achou a autoria do crime, mas muitos

como Amantino (2007) atribuem o crime aos quilombolas, o que é muito provável. Outros roubos e assassinatos ocorreram, levando pavor à população que culpava os escravos fugidos pelos crimes, porém por anos não se soube a localização do quilombo.

Sobre a autoridade de Carucango Marcia Sueli defende:

Ele é um líder respeitado porque proclama uma justiça para seus companheiros mediante a fuga. Esta é encarada pelos escravos que o seguem como um mecanismo para a liberdade que Carucango afirma ser possível. Por isso, os negros das senzalas ajudam-no a fugir todo o tempo de seus perseguidores. Além disso, ele é um líder que os escravos em dificuldades procuravam a fim de resolver seus problemas (AMANTINO, 2007, p. 634).

Carucango, apesar de ter construído com seus companheiros um quilombo com uma boa estrutura de produção agrícola, como se descobriu quando o mesmo foi destruído, preferiu a luta aberta contra os senhores de escravos do que tentar manter uma convivência pacífica. À noite, percorria as fazendas próximas chamando os negros a se rebelarem, talvez tivesse a clareza que qualquer “negociação”, no máximo adiaria a luta em uma região que a fronteira agrícola se expandia rapidamente, ou pela sua experiência pessoal chegou à conclusão que não valia à pena mediar com aqueles que tratavam seu povo pior do que animais.

Um fato curioso, mencionado por Lamego (1958, p. 99), e também uma forma de resistência, era a regra de não engravidar no quilombo, e caso engravidasse, os filhos eram mortos: “a nossa raça, dizia Carucango, deve extinguir-se para não ficar na mão do branco”. Sem dúvida esse era um recurso extremo, porém útil em uma “cidade sitiada” que a todo o momento poderia exigir uma fuga rápida ou uma guerra sangrenta.

Nos relatos de Vasconcelos citado por Amantino (2007) e Lamego (1958), o contato de Carucango com o divino, seu papel de feiticeiro é sempre tratado de forma pejorativa. Estes repetem, mais uma vez, a estratégia cristã de demonizar as religiões dos negros, porém este papel de líder espiritual sem dúvida fortalecia o posto de líder político de Carucango frente aqueles que o acompanhavam e mesmo dos escravos que desde dentro das senzalas prestavam seu apoio aos quilombolas. O culto ao vudu foi parte fundamental da organização da vitoriosa revolução dos negros haitianos e deve ter tido também um papel muito importante na organização no quilombo em que Carucango era o líder militar e espiritual.

Voltando a trama que levou ao fim do quilombo, Lamego (1958, p. 97) conta que Francisco Pinto, português irmão do assassinado Antônio Pinto, possuía uma fazenda em Crubixais, entre a freguesia das Neves e o Frade, onde vivia com uma negra chamada

Josepha. Um de seus escravos, chamado Domingos, após ser maltratado por Francisco ao ponto de ter que fugir, buscou a ajuda de Carucango e contou o que havia ocorrido.

Após alguns dias, os quilombolas foram à noite até a casa do sádico senhor para fazer o acerto de contas. O ex-escravo Domingos bateu na porta fingindo está arrependido da fuga, porém Francisco vê os quilombolas por uma fresta e consegue acertar um tiro de espingarda no braço do líder moçambicano que é forçado a recuar, mas prometeu retornar para concluir o que havia começado (LAMEGO, 1958).

Temendo por sua vida, Francisco Pinto deixa a fazenda e se muda com a família para a cidade. O poder e a ousadia crescente dos quilombolas de Carucango levam as autoridades a tomarem medidas enérgicas para tentar acabar de vez com o refúgio dos escravos revoltosos. A polícia local pede auxílio do chefe do distrito militar, o coronel Antão de Vasconcelos,⁵ que atende o chamado e reúne o maior número de soldados a sua disposição que se soma então a milícia civil formada por grande número de moradores da região, com seus empregados e escravos. A família Pinto, como era de se esperar, participa em grande peso da empreitada e a casa de Francisco vira uma espécie de quartel general (LAMEGO, 1958, p. 98).

Um dos quilombolas é preso por um dos vários sentinelas que foram espalhados na região e, certamente, após uma seção de tortura, os homens de Antão de Vasconcelos, conseguem arrancar a localização do quilombo. Os militares, junto aos milicianos chegam ao local de madrugada:

Um chapadão a perder de vista era a sede do Quilombo e se achava coberto, em grande parte, de muitas roças de milho, feijão e outros cultivos. Tudo oculto pela mata virgem circundante. No centro havia uma casa apoiada nos fundos por três grandes pedras. Como se sabia que no Quilombo existiam cerca de **duzentos escravos foragidos**, não era possível a tão pequena habitação abrigar tanta gente. Havia certamente algum mistério a ser desvendado (LAMEGO, 1958, p. 98, grifo nosso).

Com superioridade bélica e grande número de efetivo, que deveria ultrapassar bastante o número de 200, já que os milicianos e militares já tinham arrancado do prisioneiro o quantitativo de negros que enfrentariam, o quilombo de Carucango é derrotado pela tropa.

A única casa que existia é derrubada e se descobre em baixo um túnel onde os negros moravam. Ali havia muitos outros combatentes, os militares exigiram que eles se rendessem, após algum tempo, Carucango sai vestido de sacerdote e com um crucifixo de ouro no peito, todos baixam as armas que apontavam pra ele por um momento, instantes que o quilombola

⁵ O neto de Vanconcelos, de mesmo nome, irá publicar as memórias do avô em um livro sob o título de *Evocações: Crimes célebres em Macaé de 1911* que é uma das principais fontes sobre a existência do Quilombo de Carucango.

aproveita para se aproximar do filho do falecido Antonio Pinto, seu ex-senhor, e dispara dois tiros de pistola que escondia sob as roupas, matando o miliciano que acabara de massacrar inúmeros dos seus irmãos aquilombados.

Em seguida, depois deste último ato de bravura e sem ter como se defender, o líder negro foi assassinado ferozmente e decapitado, assim como os demais rebelados que ali estavam, diversas cabeças foram colocadas em estacas na beira da estrada geral e a de Carucango ficou exposta na encruzilhada do Chico Martins onde se encontravam três estradas: do Frade, de Macaé e do Furambongo. Apenas as mulheres foram poupadas, consideradas raptadas e com ordem da polícia para que seus donos não as punissem (LAMEGO, 1958).

Este tratamento condescendente com as quilombolas capturadas, era considerado normal e vantajoso aos senhores que não perdiam o seu capital e a possibilidade das mulheres de gerarem novos escravos. (Guimarães apud AMANTINO, 2007, p.632), porém, não tenho dúvida que muitas das quilombolas foram mortas lutando na batalha e inúmeras das que sobreviveram, estavam lá de espontânea vontade lutando bravamente ao lado dos homens pela sua liberdade, como foram Dandara, Aqualtune, Tereza de Benguela e Luiza Mahin, negras que lideravam e não apenas participavam da luta contra a escravidão. Essa ideia era inconcebível para a sociedade conservadora escravista do início do século XIX.

Considerações Finais

A escravidão foi um processo extremamente violento, porém não impediu a luta do povo negro que de todos os meios possíveis buscou resistir à desumanização imposta pelas leis, instituições do estado e pelos senhores de escravos. Os quilombos foram a maneira mais formidável e poderosa da luta negra e se disseminou endemicamente onde quer que houvesse escravidão.

Para os senhores de escravos da região Norte Fluminense Carucango foi um bandido, hoje talvez fosse chamado de terrorista, mas para os negros escravizados era um líder admirável, um herói solidário que morreu lutando pela liberdade de seu povo e contra a brutalidade da escravidão.

Referências Bibliográficas:

AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. Ilhéus: Editus, v. 10, n.18, jul.-dez., p. 623-647, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/777>. Acessado em 05/01/2021.

BRASIL. Poder legislativo. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1831**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, primeira parte, v. 1, 1875. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html. Acessado em: 10/03/2021.

CARAPEBUS. Prefeitura. **Sobre Carapebus**. Disponível em: https://carapebus.rj.gov.br/site/pagina/sobre_carapebus/57/2. Acessado em: 26/04/2021.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. Diários de pesquisa sobre a história natural e a geologia dos países visitados durante a viagem do Beagle. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-viagem-de-um-naturalista-ao-redor-do-mundo-charles-darwin-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>. Acessado em 10/10/2021.

FEIJÓ, Dionísio da Cunha Ribeiro. Quadro estatístico da população da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexo e cores. In: RIO DE JANEIRO. Província. **Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro**. O conselheiro Paulino José Soares de Souza na abertura da 1.a sessão da 3.a legislatura da Assembléa Provincial, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1840 a 1841. 2ª Edição. Nictheroy: Typ. de Amaral & Irmão, 1851. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/771/000109.html>. Acessado em: 20/04/2021.

FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. **O Município de Macaé. Fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica e Social) – Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**. Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/casimiro-de-abreu/historico> Acessado em 26/04/2021a..

_____. **História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/conceicao-de-macabu/historico>. Acessado em 26/04/2021b

_____. **História**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/quissama/historico>. Acessado em 26/04/2021c.

_____. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro. 1874. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. Acessado em: 15/02/2021.

JAMES, C R L. **Os jacobinos negros**. Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

LAMEGO, Alberto. Macaé à luz de documentos inéditos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: Serviço Gráfico do IBGE, n.11, 1958, p. 1-152. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/22/agerj_1958_n11.pdf . Acessado em: 19/02/2021.

LIMA, Renata Azevedo. Colonos suíços X quilombolas - A resistência escrava no Rio de Janeiro do século XIX. **POLIS - Laboratório de História Econômica-Social**. Niterói. Texto de Discussão n. 24, 2010. Disponível em: http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_24.pdf. Acessado em: 05/05/2021.

MACAÉ. Prefeitura. Solar dos Mellos - Museu da Cidade de Macaé. **Relatos e personagens na História de Macaé**. Macaé: Solar dos Mellos, 2014.

MOURA, Clovis. **Quilombos**. Resistência ao escravismo. 3ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 66, jan.-abr., p. 79-100, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942019000100005>. Acessado em 07/02/2021.

RIO DAS OSTRAS. Prefeitura. **Conheça um pouco dessa história**. Disponível em: <https://www.riodasostras.rj.gov.br/historia/>. Acessado em: 26/04/2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Com um “resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à América à abdicação de D. Pedro”. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1941. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/294>. Acessado em: 05/02/2021.